

ATA NÚMERO 104/XIII/2.^a SL

Em 7 de março de 2017, pelas 14.30, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14.30H

- 1. Audição da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr.^a Helena Borges, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.**
- 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 99 e 100.**
- 3. Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a política fiscal do Governo relativamente aos combustíveis.**
- 4. Discussão e votação do requerimento do PSD – Estudo da UTAO sobre receita fiscal dos combustíveis.**
- 5. Discussão e votação do requerimento do PS - audição dos Ex- Ministros das Finanças, Maria Luís Albuquerque e Vítor Gaspar, com carácter de urgência.**
- 6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.^a (PS) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**
- 7. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 404/XIII/2.^a (PCP) - Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro.**
- 8. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 410/XIII/2.^a (BE) - Garante que o Imposto de Selo que incide sobre as taxas cobradas por operações de pagamento baseadas em cartões recai sobre as instituições financeiras (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**

9. Outros assuntos.

1. **Audição da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr.^a Helena Borges, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.**

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Dr.^a Helena Borges, enquadrando a audição nos requerimentos apresentados por vários GP.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Fernando Anastácio (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo a Diretora-Geral da AT respondido individualmente às questões colocadas. Em sede de interpelação à mesa intervieram os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD) e Paulo Trigo Pereira (PS).

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP). Interveio ainda a Senhora Deputada Rubina Berardo (PSD), tendo a Diretora-Geral da AT usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Na terceira ronda intervieram os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo a Diretora-Geral da AT respondido às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Ainda antes de passar ao ponto 2, a Senhora Presidente deu conta da carta do Governador do Banco de Portugal (BdP), solicitando uma audiência à Comissão. A Senhora Presidente referiu entender que a resposta (da Comissão) deve ser positiva, notando que o Governador do BdP pretende prestar contas e exercer contraditório face ao que tem vindo a público. Lembrando que há uma audição com o Governador do BdP, já aprovada em Comissão, requerida pelo PCP, e apesar de serem matérias distintas, manifestou o desejo de ouvir os Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou concordância com a posição da Senhora Presidente, mas recordou que a audição requerida pelo PCP deve ter precedência, notando também que a matéria é semelhante e que é estranho que o Governador do BdP peça uma audiência sobre matéria em relação à qual já está prevista uma audição. Havendo duas, pretende que a requerida pelo PCP tenha prioridade.

A Senhora Presidente declarou compreender a posição do PCP, enfatizando que se deve dar resposta positiva ao pedido do Governador do BdP. O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) realçou que nada tem a

opor às sugestões da Senhora Presidente, voltando a notar que o requerimento do PCP é anterior ao pedido em questão. Afirmou que se se realizar apenas uma audição, o PCP concorda que o Governador do BdP faça uma intervenção inicial.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) concordou com uma resposta positiva ao pedido do Governador do BdP, estando em causa questões relacionadas com a idoneidade do Governador e especialmente, considerou, quando há dirigentes partidários que colocam em causa a sua posição. O âmbito não é totalmente idêntico ao do requerimento do PCP, mas há uma parte comum. Se for possível compatibilizar numa audição, dá o seu acordo à proposta do Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), em permitir uma intervenção inicial ao Governador.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) manifestou a sua concordância com a audiência com o Governador e com a proposta de juntar a mesma à audição requerida pelo PCP.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) também concordou com as propostas já feitas e notou que o CDS-PP foi sempre crítico à supervisão do BdP, deixando claro que, todavia, nunca será conivente com o que entende parecer ser um processo de partidarização do BdP. Realçou ainda que o CDS-PP quer discutir propostas e não nomes e, como tal, tem marcada uma interpelação ao Governo sobre supervisão.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) concordou que a audição e a audiência podem ser juntas ou ser efetuadas no mesmo dia e que o Governador tem toda a legitimidade para pedir para ser ouvido. Assinalou que as matérias em causa foram já alvo de questões na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) incidente sobre este tema e que o Governador teve oportunidade para se fazer ouvir. Declarou que o Governador do BdP não tem competência nem independência para supervisionar o sistema bancário e que reconhecer um problema de supervisão não é partidarizar o BdP.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) usou da palavra para sustentar que esta posição parece uma crítica à COFMA face à aprovação do requerimento do PCP (uma vez que o Governador do BdP já foi ouvido na CPI neste âmbito), e que estas críticas se enquadram numa perspetiva de tomada do poder nos órgãos independentes, considerando natural que quem se sente visado se queira defender.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para interpelar a mesa no sentido de recentrar a discussão na marcação da audição e da audiência, após o que a Senhora Presidente reiterou que se deverá realizar uma audição e uma audiência separadas.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) defendeu que seria difícil destringir o âmbito da audição e da audiência, porque os temas são demasiado próximos e voltou a manifestar-se no sentido de se realizar apenas uma audição, com uma intervenção inicial do Governador do BdP, no que foi corroborado, genericamente, pelo Senhor Deputados João Paulo Correia (PS) e pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que sublinhou compreender a preocupação da Senhora Presidente em não desvalorizar politicamente o pedido do Governador. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) também realçou a abertura do PCP para o Governador abrir a audição, ao contrário do que é habitual acontecer com as audições a requerimento.

A Senhora Presidente insistiu no salvaguardar da substância da questão e informou que iria contactar o Governador do BdP para falarem sobre esta matéria.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 99 e 100

As atas foram aprovadas por unanimidade.

3. Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a política fiscal do Governo relativamente aos combustíveis.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD – Estudo da UTAO sobre receita fiscal dos combustíveis.

Estes pontos foram adiados para a reunião seguinte.

5. Discussão e votação do requerimento do PS - audição dos Ex- Ministros das Finanças, Maria Luís Albuquerque e Vítor Gaspar, com carácter de urgência.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o requerimento, resumindo os argumentos no mesmo elencados. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) defendeu que se devem efetuar todas as audições julgadas necessárias, salientando que a maioria das declarações chegaram já na atual legislatura. Considerou que a audição do Inspetor-Geral de Finanças (IGF) deve preceder a dos ex-ministros, proposta que o PS recusou, pela voz do Senhor Deputado João Paulo Correia.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) registou de seguida que o próprio Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) afirmou que uma boa parte das explicações só poderão ser dadas após se conhecer o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, o que, no seu entender, demonstra que conhecer a verdade não é uma motivação para o PS.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CSD-PP) declarou que qualquer esclarecimento é bem-vindo, notando ser interessante que o PS queira ouvir os ex-Ministros antes do IGF. Sustentou que o ex-SEAF não disse que os Ministros conheciam a sua decisão (não publicitação dos dados de transferências para *offshores*), em resposta ao Senhor Deputado João Galamba (PS, que retorquiu que, a ser assim, não se teria realizado nenhuma audição antes de conhecer o relatório de auditoria da IGF, e que o relatório não é necessário para saber que houve uma opção de não publicar os dados das transferências.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reiterou que a falta do relatório não impediu as audições já realizadas, pelo que não via problema em avançar, sendo corroborado pela Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que acrescentou que o momento da realização de uma ou outra audição, neste caso, não significa que não se queira apurar a verdade.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) voltou a referir que há declarações relacionadas com as transferências não publicitadas que foram entregues apenas com o atual Governo em funções, pelo que é inevitável que o atual ministro das Finanças também venha a uma audição na COFMA.

A Senhora Presidente recordou o elevado número de audições a efetuar nas próximas semanas, após o que o requerimento foi votado e aprovado por unanimidade.

6. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**
7. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 404/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro.**
8. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 410/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Garante que o Imposto de Selo que incide sobre as taxas cobradas por operações de pagamento baseadas em cartões recai sobre as instituições financeiras (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) propôs a apresentação de um texto conjunto até à próxima 6.ª feira, com prazo para propostas de alteração até 2.ª feira, tendo a Senhora Presidente dado nota de um pedido de audiência da Mastercard.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) concordou com a metodologia proposta e informou que nada tinha a opor à audiência. O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) perguntou se não haveria intenção de ouvir alguma entidade pública, dado que a Mastercard é privada, ao que a Senhora Presidente respondeu que é uma questão de haver propostas.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) esclareceu que houve um pedido de audiência e que nenhum GP sugeriu efetuar audições, daí a ideia de avançar. A Senhora Presidente sugeriu então que os GP pudessem propor audições até à próxima 6.ª feira, ficando esse prazo para propostas de alteração (PA) caso não existissem sugestões de audições. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou que, caso não haja propostas de audições, poderá ainda assim ser sugerido um prazo mais longo para PA. Havendo propostas de audição, as mesmas poder-se-iam realizar 3.ª ou 4.ª feira.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sugeriu então 6.ª feira para apresentação de texto conjunto e audições, fixando-se o prazo para PA na outra 6.ª feira, com ou sem PA, proposta que não teve oposição.



9. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) suscitou a questão de saber porque não baixou à COFMA o [Projeto de Lei n.º 405/XIII/2.ª \(PCP\)](#), sobre matéria conexas com o [Projeto de Lei n.º 434/XIII/2.ª \(BE\)](#). Propôs que, após se averiguar o que sucedeu, o mesmo possa ser agendado para realização de parecer, podendo o mesmo ser conjunto com o Projeto de Lei n.º 434/XIII/2.ª (BE).

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 19:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de março de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 7 de março de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Cristóvão Norte
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão